Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 14 de março de 2025.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.14 07:07:37 -03'00'

MANGUE SECO 1 GERAÇÃO EÓLICA

EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da **Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.** e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.070	8.350
Contas a receber de clientes	5	2.152	2.167
Outros ativos circulantes		306	403
Total do Ativo Circulante		**13.528**	**10.920**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	4.770	3.415
Contrato de mútuo - parte relacionada	7.1	9.862	8.894
Imobilizado	9	46.312	51.280
Intangíveis		7	10
Direito de uso	8	1.758	2.293
Outros ativos não circulantes		142	128
Total do Ativo Não Circulante		**62.851**	**66.020**
Total do Ativo		**76.379**	**76.940**

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Empréstimos	10	5.293	4.840
Passivo de arrendamento	8	302	310
Conta de ressarcimento - CCEE	11	-	4.337
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12.1	345	386
Outros passivos circulantes		678	604
Total Passivo Circulante		**6.618**	**10.477**
Não Circulante			
Empréstimos	10	38.119	43.347
Passivo de arrendamento	8	1.754	2.260
Conta de ressarcimento - CCEE	11	17.888	6.863
Provisão para desmobilização	13	2.131	1.864
Provisão contingente	14	80	-
Total Passivo Não Circulante		**59.972**	**54.334**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	11.568	10.442
Reserva de lucros	15	(1.779)	1.687
Total Patrimônio Líquido		**9.789**	**12.129**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**76.379**	**76.940**

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo do exercício	(340)	6.021
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(340)**	**6.021**

Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	16	**16.837**	**19.452**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	(10.640)	(9.737)
Resultado operacional bruto		**6.197**	**9.715**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	18	(2.805)	(164)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**3.392**	**9.551**
Despesas financeiras	19	(4.677)	(5.518)
Receitas financeiras	19	2.216	4.040
Resultado financeiro líquido		**(2.461)**	**(1.478)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**931**	**8.073**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(1.271)	(2.052)
Resultado líquido do exercício		**(340)**	**6.021**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Reserva de lucros: Reserva legal	Dividendos Antecipados	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2023		**20.501**	**9.542**	**1.166**	**-**	**-**	**31.209**
Redução de capital		(10.059)	-	-	-	-	(10.059)
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		-	-	-	-	6.021	6.021
Constituição de reservas		-	221	300	-	(521)	-
Distribuição de reserva de lucros		-	(9.542)	-	-	-	(9.542)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.430)	(1.430)
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(4.070)	(4.070)
Saldos em 31 dezembro 2023		**10.442**	**221**	**1.466**	**-**	**-**	**12.129**
Dividendo Intercalar	15	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Reversão de reserva legal para capitalização	15	1.126	-	(1.126)	-	-	-
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	15	-	-	-	-	(340)	(340)
Absorção do prejuízo	15	-	-	(340)	-	340	-
Distribuição de reserva de lucros	15	-	(221)	-	-	221	-
Dividendos Antecipados	15	-	-	-	(1.779)	1.779	-
Saldos em 31 dezembro 2024		**11.568**	**-**	**-**	**(1.779)**	**-**	**9.789**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**931**	**8.073**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Depreciação - imobilizado	5.020	4.959
Depreciação - arrendamento	295	280
Amortização - intangível	3	2
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	3.217	3.529
Ganho de Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(968)	(1.109)
Encargos sobre empréstimos	60	61
Juros - arrendamento	148	159
Baixa de Imobilizado	-	109
Provisão para desmobilização	267	270
Provisão (reversão) de contingências	80	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(226)	(1.247)
Lucro ajustado	**8.827**	**15.086**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	15	(72)
Tributos a recuperar	(189)	-
Outros ativos	83	(1.475)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	5.379
Conta de ressarcimento - CCEE	6.688	(2.662)
Outros passivos	74	(403)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**15.498**	**15.853**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.123)	(1.638)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.375**	**14.215**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(52)	(7)
Títulos e valores mobiliários	(1.129)	11.235
Caixa líquido gerado\consumido pelas atividades de investimentos	**(1.181)**	**11.228**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital social	-	(10.059)
Dividendos pagos	(2.000)	(16.458)
Pagamento de empréstimos	(4.828)	(4.483)
Juros pagos de empréstimos	(3.224)	(3.535)
Pagamentos de arrendamentos	(422)	(402)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**(10.474)**	**(34.937)**
Aumento/redução líquido do caixa e equivalentes de caixa	**2.720**	**(9.494)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.350	17.844
No final do exercício	11.070	8.350
Aumento/redução líquido do caixa e equivalentes de caixa	**2.720**	**(9.494)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 1, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto. A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 1	RN	Guamaré	25,2	8,942	Julho de 2020	Junho de 2032

Contrato de Energia de Reserva - CER - Em 9 de março de 2010, a Companhia firmou um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 12 MW para a média de geração do quadriênio 9,295 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,295 MW médio para a média de geração do quadriênio de 8,942 MW médio. Para o 4º quadriênio, iniciado em julho de 2024 houve nova repactuação, com a garantia física chegando a 8,545 MW médio. Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 07 de março de 2025. **2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor -** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia ainda não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas. **2.3. Moeda funcional e base de mensuração -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota explicativa 9 - Imobilizado: Estimativa de vida útil de ativos; 2.4.1 Estimativas e Premissas - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. **3. Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa -** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Instrumentos financeiros -** Ativos financeiros - *Reconhecimento inicial e mensuração* - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros* - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. *Reconhecimento inicial e mensuração* - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente* - A mensuração de passivos financeiros é como segue: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado* - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.4. Imobilizado -** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor. **3.5. Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.6. Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferira liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **3.7. Conta de ressarcimento - CCEE -** A conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o segundo quadriênio encerrou em 30 de junho de 2020. b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.14 07:07:58 -03'00'

MANGUE SECO 1 GERAÇÃO EÓLICA

EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85

liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. **3.8. Dividendos -** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2024 foi considerado 25% ou, se este for omisso, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); (b) e Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" **3.9. Contingências -** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes -** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.13. Reconhecimento de receita -** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais -** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social -** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior. **3.16. Despesas e receitas financeiras -** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5	-
Banco (i)	22	17
Aplicação financeira (ii)	11.043	8.333
Total	**11.070**	**8.350**

(i) O saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Os certificados de depósitos bancários referem-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente 93,24% do CDI e no ano de 2023 foi de aproximadamente 97,09% do CDI.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimentos de energia (i)	2.152	2.167
Total	**2.152**	**2.167**

(i) O valor de R$2.152 em 2024 e R$2.167 em 2023, refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira - conta BNB (i)	4.770	3.415
Total	**4.770**	**3.415**

(i) A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2024 foi de aproximadamente 92,23% do CDI e no ano de 2023 foi de aproximadamente 99,13% do CDI.

7. Partes relacionadas: 7.1 Mútuo a receber

	31/12/2023	Juros	31/12/2024
Mangue Seco 3 - Geradoras e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	8.894	968	9.862
Total	**8.894**	**968**	**9.862**

Por decisão da administração, e com o objetivo de otimizar a gestão de caixa, o pagamento do mútuo foi prorrogado para junho de 2025. O valor continua sendo atualizado mensalmente pelo CDI, cuja taxa anual foi de 10,81%. Por motivos operacionais, a data de vencimento foi atualizada para a competência de 06/2025.

8. Arrendamento e direito de uso: Composição e movimentação dos saldos

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2024
Direito de uso (a)	2.293	(240)	(295)	1.758
Total	**2.293**	**(240)**	**(295)**	**1.758**

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2024
Obrigações por arrendamento (b)	2.570	(240)	148	(422)	2.056
Total	**2.570**	**(240)**	**148**	**(422)**	**2.056**
Total circulante	**310**	**-**	**-**	**-**	**302**
Total não circulante	**2.260**	**-**	**-**	**-**	**1.754**

(a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2)/IFRS 16. (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 7,13% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização. (c) A remensuração dos contratos refere-se à atualização dos valores dos contratos de aluguel que são atualizados anualmente pelo IPCA. Os arrendamentos demonstrados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2024
2026	323
2027	346
2028	371
2029	397
2030	317
	1.754

9. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos

Ativo Imobilizado em Serviço – R$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização (i)	Valor Bruto 31/12/2023	Adições	Valor Bruto 31/12/2024	Depreciação acumulada 31/12/2023	Depreci./ Amort.	Depreciação acumulada 31/12/2024	Adições Líquidas	Valor líquido 31/12/2024	Valor líquido 31/12/2023
Aerogeradores	5,07%	87.891	-	87.891	(51.048)	(4.142)	(55.190)	-	32.701	36.843
Equipamentos de informática	15,00%	56	4	60	(30)	(4)	(34)	4	26	26
Máquinas e equipamentos	12,00%	126	48	174	(51)	(8)	(59)	48	115	75
Linhas de transmissão	4,60%	10.778	-	10.778	(4.928)	(408)	(5.336)	-	5.442	5.850
Móveis e utensílios	6,25%	29	-	29	(16)	(2)	(18)	-	11	13
Edificações, obras e benfeitorias	3,32%	13.269	-	13.269	(5.125)	(417)	(5.542)	-	7.727	8.144
Desmobilização (ii)	6,06%	638	-	638	(309)	(39)	(348)	-	290	329
Total do Ativo Imobilizado		**112.787**	**52**	**112.839**	**(61.507)**	**(5.020)**	**(66.527)**	**52**	**46.312**	**51.280**

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois menores. Para os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015. (ii) Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, em contrapartida a conta de passivo Provisão de desmobilização (NE 13). Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Com relação ao valor recuperável, a companhia avaliou que apesar dos impactos de geração de receita afetados pelos *Curtailments* (mais detalhes vide Nota Explicativa 11), a administração entende que consiga recuperar o valor dentro do período da concessão. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. **10. Empréstimos:** A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	Taxa efetiva de juros
Financiamento BNB (i)	43.743	48.570	25/07/2031	Mensal	IPCA+ 9,50% a.a.
Juros	66	74			
Encargos	(397)	(457)			
Total	**43.412**	**48.187**			

A movimentação do empréstimo está assim representada:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2024
Financiamento BNB (i)	48.187	3.217	(4.828)	(3.224)	60	43.412
Total	**48.187**	**3.217**	**(4.828)**	**(3.224)**	**60**	**43.412**
Total circulante	**4.840**					**5.293**
Total não circulante	**43.347**					**38.119**

(i) Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco 1, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em julho de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros. O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem o efeito do custo apropriar, têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	5.797
2027	6.241
2028	6.695
2029	7.288
2030 à 20231	12.435
	38.456

Garantias financeiras - As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A Companhia tem a garantia financeira dos títulos e valores mobiliários, conforme a nota 6. **11. Conta de ressarcimento - CCEE -** Curtailment - O Curtailment, ou "constrained off", refere-se à redução ou interrupção da geração de energia que as empresas Eólicas Mangue Seco enfrentam devido a ordens do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Isso acontece quando a capacidade de geração das usinas é maior do que a capacidade da rede elétrica de transmitir essa energia. Como resultado, as usinas são forçadas a cortar a produção, mesmo que tenham a capacidade de gerar mais energia. Esse problema se agravou após um evento sistêmico em agosto de 2023, quando o ONS implementou regras mais rígidas para a operação do sistema elétrico. Essas novas regras resultaram em cortes de geração mais frequentes, o que impactou diretamente a geração de receita durante o exercício de 2024. A companhia, assim como outras geradoras, trabalha em novas medidas judiciais que questionam a Aneel quanto aos cortes na geração. No entendimento da gestão, os cortes não deveriam ser aplicados a estes ativos, uma vez que os contratos firmados entre Mangue Seco e a CCEE, são na modalidade de venda de energia de reserva. A expectativa é que as ações propostas sejam julgadas em conjunto, no primeiro semestre de 2025; Há previsões de melhoria no curtailment com a entrada em operação de novas linhas de transmissão já previstas, o que contribuirá para aumentar a capacidade de escoamento da energia gerada. Destaca-se que a companhia mantém uma posição de caixa sólido assegurando plenamente o cumprimento de todos os compromissos bem como na análise de impairment. A administração não registrou nenhum ativo ou passivo referente a esses pleitos, e a metodologia de cálculo do ressarcimento permaneceu inalterada. Assim, os valores provisionados e as receitas reconhecidas refletem a situação atual da companhia sem considerar as reivindicações relacionadas ao *Curtailment* devido ao tema ainda estar em fase de discussão. Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ressarcimento CCEE 4º Quadriênio (iii)	1.880	-
Ressarcimento CCEE 3º Quadriênio (ii)	16.008	6.863
Ressarcimento CCEE 2º Quadriênio (i)	-	4.337
Total	**17.888**	**11.200**
Total circulante (i)	**-**	**4.337**
Total não circulante (iv)	**17.888**	**6.863**

(i) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2016 a 06/2020. O Saldo foi liquidado em 2024 via parcela de ajuste. (ii) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo não circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2020 a 06/2024. (iii) O valor trata-se do ajuste da diferença entre o recebimento a maior e o fornecimento de energia gerado a menor, sendo esta contabilizada no passivo não circulante. Este saldo refere-se ao contrato com a CCEE do quadriênio atual de 07/2024 a 06/2028. (iv) A companhia decidiu manter o saldo no longo prazo após conclusão de um Benchnarking no qual foi identificado que o cronograma de pagamento tem previsão de ser divulgado no meio do ano com início de quitação após, pelo menos, 6 meses da data de divulgação. **12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	**17.586**	**20.189**
Base presunção IRPJ 8%	1.407	1.615
Base presunção CSLL 12%	2.110	2.423
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	**2.216**	**4.040**
Base de IRPJ	3.623	5.655
Despesa de IRPJ	**(882)**	**(1.470)**
Base de CSLL	4.326	6.463
Despesa de CSLL	**(389)**	**(582)**
Despesa de IRPJ e CSLL	**(1.271)**	**(2.052)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.271)	(2.052)

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar - A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial dos impostos a pagar	**386**	**1.389**
Impostos calculados	1.271	2.052
Impostos deduzido	(189)	(1.417)
Impostos pagos	(1.123)	(1.638)
Saldo final dos impostos a pagar	**345**	**386**

13. Provisão para desmobilização: Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração os custos de desmobilização. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações. A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota 9), e a atualização do AVP do contas a pagar está registrada em contrapartida ao resultado. A taxa de desconto utilizada é de 13,48%. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, que será em 06/2032.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para desmobilização (i)	2.131	1.864
Total	**2.131**	**1.864**

(i) A movimentação no exercício se deu apenas pela reavaliação do valor presente do montante registrado de R$ 267. **14. Provisão contingente:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências	80	-
Total	**80**	**-**

Perdas possíveis - Em 31 de dezembro de 2024 a Usina Mangue Seco 1 possui 2 ações cíveis com prognóstico possível de perda no valor de R$ 1.666, baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiverem os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 1, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 3 e Usina Eólica de Mangue Seco 4 e que compartilham áreas e ativos comuns. **15. Patrimônio líquido:** a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$11.568 e em 31 de dezembro de 2023 era de R$10.442, e está representado por 18.047.630 (em 2023: 18.047.630) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024 Quantidade de ações	Valor	% do capital social	31/12/2023 Quantidade de ações	Valor	% do capital social
V2I Energia S.A.	18.047.630	11.568	100%	18.047.630	10.442	100%
	18.047.630	**11.568**	**100%**	**18.047.630**	**10.442**	**100%**

Em 25 de novembro de 2024 ocorreu a aprovação do pagamento aos acionistas no montante de dois milhões de reais, sendo R$ 221 mil via distribuição da reserva de retenção de lucros de 31 de dezembro de 2023 e R$1.779 milhões via dividendos antecipados para o exercício de 2024. Constituída nos termos da AGE da Companhia, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2024. Durante o exercício de 2024, houve aumento de capital, desta forma o capital social no ano de 2024 encerrou com o saldo de R$11.568 dividido em 18.047.630 (dezoito milhões quarenta e sete mil seiscentos e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	(340)	6.021
Base da reserva legal	**(340)**	**6.021**
Reserva legal (5%)	-	300
Saldo inicial	**1.466**	**1.166**
Calculado no ano	-	300
Absorção do prejuízo	(340)	-
Subscrição de capital (i)	(1.126)	-
Total	**-**	**1.466**

(i) A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. c) Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	-	6.021
Reserva legal (5%)	-	(300)
Base para dividendos	**-**	**5.721**
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	**-**	**1.430**
Dividendos adicionais	**-**	**4.070**
Total de dividendos propostos	**-**	**5.500**

d) Reserva de lucro - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	-	6.021
Reserva legal (5%)	-	(300)
Dividendos mínimos propostos	-	(1.430)
Dividendos Intercalares	-	-
Dividendos adicionais	-	(4.070)
Reserva de lucros	**-**	**221**
Saldo inicial	**221**	**9.542**
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	(221)	(9.542)
Dividendos antecipados	(1.779)	-
Calculado no ano	-	221
Total	**(1.779)**	**221**

e) Lucro por ação - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(340)**	6.021
Lucro/Prejuízo por ação	**(0,0188)**	0,3336

16. Receita operacional líquida: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita geração eólica (i)	17.586	20.189
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(642)	(737)
(-) Encargos do consumidor	(107)	-
Total	**16.837**	**19.452**

(i) Em 2024, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) impôs sucessivas restrições à geração de energia por ativos eólicos e fotovoltaicos, especialmente no Nordeste. Entre os empreendimentos afetados está o complexo Mangue Seco, incluindo Mangue Seco 1. Essas restrições resultaram em uma redução de 24% na geração em relação à meta contratual, impactando diretamente a receita anual da empresa. **17. Custos dos bens construídos e serviços prestados:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com depreciação e amortização	(5.019)	(4.959)
Custo com serviços de terceiros	(4.032)	(3.143)
Custo com impostos e taxas	(582)	(552)
Custo com depreciação de arrendamentos	(296)	(280)
Custo com seguros	(276)	(245)
Demais custos	(435)	(558)
Total	**(10.640)**	**(9.737)**

18. Outras despesas e receitas operacionais: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Multas contratuais e regulatórias (i)	(2.481)	-
Serviços de terceiros	(264)	(125)
Gastos diversos	(60)	(39)
Total	**(2.805)**	**(164)**

(i) Corresponde à multa sobre a parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado). **19. Resultado financeiro:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros e variações monetárias (i)	(4.645)	(5.394)
IOF, Comissões e taxas	(13)	(124)
Outras despesas financeiras	(19)	-
Despesas Financeiras	**(4.677)**	**(5.518)**
Receita com aplicações financeiras	1.247	2.888
Juros sobre mútuo	968	1.109
Outras receitas financeiras	1	43
Receitas Financeiras	**2.216**	**4.040**
Resultado financeiro líquido	**(2.461)**	**(1.478)**

(i) O valor de juros sobre empréstimos em 31/12/2024 é R$ 3.217 e em 31/12/2023 é R$ 3.529. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2024 é de R$60 e em 31/12/2023 é de R$61. O valor de juros sobre arrendamento em 31/12/2024 é R$148 e em 31/12/2023 é R$159. O valor de juros sobre empréstimos com partes relacionadas em 31/12/2023 baixou R$ 968 O valor de atualização monetária de desmobilização em 31/12/2024 é R$267 e em 31/12/2023 é R$270. **20. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	**11.070**	8.350
Títulos e valores mobiliários	2	**4.771**	3.415
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	**2.152**	2.167
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	**43.412**	48.187

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **20.1. Fatores de risco financeiro -** As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Risco de mercado - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.14 07:08:13 -03'00'

MANGUE SECO 1 GERAÇÃO EÓLICA

EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85

Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). Risco de capital - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 2,50% em 31 de dezembro de 2024. Risco de liquidez - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **20.2. Gestão do capital -** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **21. Seguros:** As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (a)	112.000	00003730	21/11/2024 a 21/11/2025
Responsabilidade Civil (b)	5.000	16.51.0044927.28	21/11/2024 a 21/11/2025

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. (a) Seguro de risco operacional, com apólice 00003730, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R$112 milhões e um prêmio anual no valor de R$ 277. (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0044927.28, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R$ 6,2. **22. Eventos Subsequentes: Redução de Capital Social em 24/02/2025 -** Em 24 de fevereiro de 2025, foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária a redução do capital social no valor de R$ 2.889 milhões, por meio do cancelamento de 4.507.595 (quatro milhões quinhentas e sete mil quinhentas e noventa e cinco) ações ordinárias. Com a redução, o capital social da Companhia passou de R$ 11.568 (onze milhões quinhentos e sessenta e oito mil reais) para R$ 8.679 (oito milhões quinhentos e sessenta e oito mil reais). O valor da redução de capital será restituído ao acionista até 31 de dezembro de 2025, conforme aprovado pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora
Vagner Alexandre Serratto - Diretor
Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. -** Rio de Janeiro – RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

EY **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F
Roberto Cesar Andrade dos Santos Contador CRC - RJ093771/O